

Ângela Cristina Salgueiro Marques; Marco Aurélio Máximo Prado

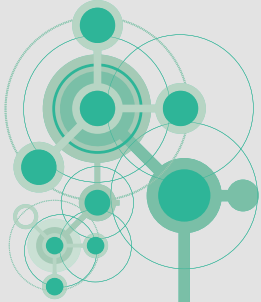
Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière

Appris
Curitiba, 2018
185 páginas



José Pascoal Mantovani

- Doutorando em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo
- Mestre em Ciências da Religião
- Graduado em Teologia e Filosofia
- Professor de Filosofia do Ensino Fundamental e Médio na rede pública e privada; docente da licenciatura de Filosofia e Pedagogia da Umesp
- E-mail: jose.junior20@metodista.br



Foucault e Rancière: aproximações e distinções conceituais

Foucault and Rancière: approximations and conceptual distinctions

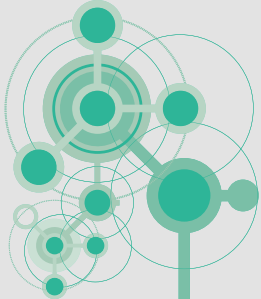
Foucault y Rancière: aproximaciones y distinciones conceptuales

Os autores são pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e docentes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A professora doutora Ângela Marques desenvolve sua ação docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG e o professor doutor Marco Prado é docente associado da mesma instituição, atuando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, além de ser coordenador do Núcleo em Direitos Humanos e Cidadania LGBT. A particularidade desta obra é o fato de ter nascido como resultado de proposta dos orientandos para curso de 2017. O livro foi dividido em quatro seções.

O ponto de partida é a contextualização de Foucault e Rancière. Ainda que ambos estivessem inseridos em uma França que vivenciava grandes mudanças e transformações, não há registro de nenhum diálogo entre os autores, apenas de uma entrevista que Foucault concedeu a Rancière em 1977 que foi publicada com o título “Poderes e estratégias”. Ainda que a influência de Foucault no pensamento de Rancière seja inquestionável, este tenta expor em seus textos as dissensões com temas foucaultianos. Se o esforço de Foucault é circunscrever e sistematizar o que é possível pensar, dizer ou conceber, o que interessa a Rancière são as possibilidades de reconfigurar um campo de possibilidades, isto é, em vez de nomear as molduras que enquadram os fenômenos da estética da existência, Rancière se dispõe a dar voz às múltiplas interpretações que se desdobram e são inerentes às relações humanas. Os autores destacam que

o que importa, para Rancière, não é simplesmente o fato de que os prisioneiros possam falar de si mesmo sem ter seu discurso proferido por um porta voz autorizado. [...] mas como Foucault construía um método para produzir, intertextualmente, formas de traduzir a expressão do conhecimento, das reações, indignações e reflexões sobre a situação carcerária. (Marques; Prado, 2018, p.31)

A abordagem narrativa está presente nos textos de Foucault e Rancière. Se para Foucault era por meio da palavra dos silenciados que se apontavam as mazelas de uma estrutura em processo de falência, Rancière, por sua vez, encontra um



potencial criador inerente às narrativas dos que estavam encarcerados. Foucault destaca que “embora o prisioneiro saiba quem é o seu inimigo e tenha consciência da opressão experimentada, o sistema não lhe fornece os instrumentos necessários para sua emancipação” (Marques; Prado, 2018, p.32); o sistema se encarrega de encarcerar, mas não se propõe a subsidiar o sujeito a um processo de emancipação. Os autores apontam que “a pesquisa em arquivos, o interesse por documentos e cartas escritos pelos sujeitos ordinários também se configuram como pontos de aproximação entre Foucault e Rancière” (Marques; Prado, 2018, p.33). Ambos buscavam narrativas com entoação dramatúrgica.

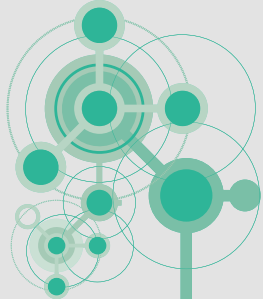
O primeiro capítulo “Diálogo entre Rancière e Foucault: poder e resistência na constituição imaginária do social” (Marques; Prado, 2018, p.25) destaca que o impacto e influência de Foucault em seu tempo se dão devido a sua competência em articular a densidade filosófica com a utilização de uma linguagem compreensível à grande massa. Logo, sua prática filosófica de questionamento e explicitação dos discursos desestratificados ganhou destaque e relevância. A obra destaca duas dissensões: (i) nos textos foucaultianos soa que “os trabalhadores sempre seriam encarcerados sob uma vigilância constante” (Marques; Prado, 2018, p.38), de modo que não é possível nenhum tipo de enfrentamento; (ii) para Rancière, Foucault se dedica “mais à formação ética do sujeito individual, não se preocupando em fornecer uma chave política para pensar o comum em nós” (Marques; Prado, 2018, p.39).

Ao mesmo tempo que “o que os move é justamente uma filosofia guiada pela vontade de mostrar como o conhecimento e o saber se misturam com as práticas intersubjetivas e sociais” (Marques; Prado, 2018, p.44), há, por outro lado, uma clara dissensão destacada pelos autores: Foucault procura pelos mecanismos de poder que se emaranham naquilo que é nítido “como verdade nos discursos que conectam e constituem os sujeitos” (Marques; Prado, 2018, p.44), enquanto Rancière “afirma que esse regime da verdade não diz respeito à tentativa de descobrir o que está abaixo da superfície, mas em evidenciar os entrelaçamentos horizontais entre várias possibilidades” (Marques; Prado, 2018, p.44). O primeiro mergulha nas camadas de poder; o segundo transita nas instâncias em que as relações se articulam.

Os autores destacam a centralidade da ficcionalidade na obra rancièriana. Para Rancière a ficção é capaz de evidenciar o que é silenciado pelas estruturas hipostasiadas. Eles afirmam que “a ficção seria uma forma de trazer para a análise um acontecimento em termos de sua multitemporalidade, ou seja, por meio de diferentes enredos (*plots*) entrelaçados” (Marques; Prado, 2018, p.56). É por meio da ficção que o sujeito da resistência evidencia-se, “é a textura da experiência estética que define uma transformação política na partilha do sensível” (Marques; Prado, 2018, p.67).

O segundo capítulo segue com o título “Distinções entre Rancière e Foucault: política e biopolítica” (Marques; Prado, 2018, p.69). Nesta parte os autores conceituam os termos política e polícia de Foucault e Rancière. Para o primeiro, a política “estaria ligada ao modo como se exerce o governo”, e a polícia “é definida como uma arte de governar e um método para analisar uma população vivendo em um território” (Marques; Prado, 2018, p.70). Na perspectiva de Rancière “a política não é feita de relações de poder, mas de relações de mundos [...] o sujeito da política deve romper com a ideia de que existem disposições específicas para agir, que são atribuídas às posições ocupadas pelas pessoas” (Marques; Prado, 2018, p.72). Apesar da tangência conceitual entre os filósofos franceses no que se refere à ideia de polícia, Foucault nomeia esta entidade como artefato repressor do Estado. Contudo, Rancière “conceitua como um conjunto de regras e códigos que definem modos de aparecer dos corpos e de sua localização do tecido social” (Marques; Prado, 2018, p.73).

Os autores afirmam que “a política surge então como processo situado historicamente, que combina a irrupção dos levantes com a potência de acontecimentos já enraizados nas vidas e experiências dos sujeitos que sofrem por múltiplas formas de opressão” (Marques; Prado, 2018, p.86). Nesse contexto salta o tema da democracia, isto é, a percepção sobre aqueles que, para Rancière, são vistos como os sem-parte, tendo em conta que “a democracia seria a expressão do poder paradoxal daqueles que não possuem credenciais e títulos para exercer o poder: o demos ou a parte dos sem-parte” (Marques; Prado,



2018, p.87). Os autores destacam que para Rancière “a democracia é o regime da política, entendida como forma de reação que define um sujeito específico: o demos ou os sem-parte” (Marques; Prado, 2018, p.87). Em Rancière a democracia é um desvio do “curso normal dos assuntos humanos [...] pelo encontro das suas lógicas: polícia e política” (Marques; Prado, 2018, p.93).

O desdobramento deste capítulo flui nos conceitos de poder, biopoder e biopolítica em Foucault. “Poder configura-se como um tipo particular de relações estabelecidas entre sujeitos que devem ser livres para que a sujeição se verifique” (Marques; Prado, 2018, p.94). Os autores destacam que “o poder em Foucault se manifesta como um modo de agir sobre as ações possíveis dos outros, de maneira a governar condutas” (Marques; Prado, 2018, p.97). A noção de biopoder em Foucault está atrelada ao “disciplinamento e regulação dos corpos individuais e das populações” (Marques; Prado, 2018, p.97). Portanto, biopoder é uma forma que regulamenta a vida social a partir de uma normatização cristalizada e inquestionável.

A ideia de biopolítica está associada com a instrumentalização da política como um dispositivo de adestramento dos sujeitos. Os autores destacam duas dissensões entre Foucault e Rancière: se no texto foucaultiano a ênfase se dá no esmiuçar das relações de poder, na perspectiva rancièriana o sujeito político é os sem-parte, aqueles que sofrem o dano da biopolítica, além da premissa de que o sujeito emancipado é aquele que atua criticamente na sociedade. Três são as dimensões que sustentam a visão rancièriana sobre biopolítica: “comunidade, sem-parte e metapolítica”. Os autores destacam que “em tempos de metapolítica (ou pós-política), a comunidade política tende a ser transformada em uma comunidade ética, que junta povos e partes singulares em um único povo que é supostamente contado como igual” (Marques; Prado, 2018, p.111). A política tem como pressuposto o dissenso, já que “o consenso indica a configuração de uma cena do comum que determina o confinamento de cada um a seu lugar” (Marques; Prado, 2018, p.112).

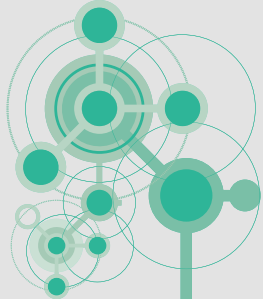
O terceiro capítulo tem como título “Dissensos entre Rancière e Foucault: sujeito, enunciação e subjetivação política” (Marques; Prado, 2018, p.117). Segundo os autores

Foucault e Rancière preocupam-se com uma dimensão ética e estética do processo de subjetivação a partir da qual o sujeito não precede a linguagem (e nem a utiliza como instrumento para alcançar fins ou acordos), mas é constituído no jogo de discursos e cenas discursivas polêmicas que o precedem e que por ele podem ser modificadas no momento mesmo em que atuam sobre sua constituição. (Marques; Prado, 2018, p.125)

É nessa trama narrativa que Foucault apresenta a ideia do cuidado de si: “efetuar, por si mesmos, um certo número de operações sobre o seu corpo, sua alma, seus pensamentos e condutas de modo a produzir neles uma transformação” (Marques; Prado, 2018, p.126). Esse movimento centrífugo e centrípeto é potencializado pela *parrésia*: a fala franca.

O sujeito, para Rancière, tem três aspectos básicos de acordo com os autores: a) o desenvolvimento de uma capacidade enunciativa e argumentativa de reconfigurar a relação entre o visível e o dizível, a relação entre modos mais consensuais e dissensuais de percepção dos agenciamentos possíveis aos sujeitos; b) a criação de cenas dissensuais nas quais os sujeitos encenam e transformam sua voz em palavra, demandam reconhecimento e tratam desigualdades relativas à existência de uma “parcela dos sem-parcela”; e c) uma desidentificação com as identidades socialmente impostas e que definem lugares, papéis e formas controladas de aparência, existência e enunciação, experienciando a dissociação entre designações sociais e modos de vida e pensamento (Marques; Prado, 2018, p.129-130). Para os autores, a abordagem foucaultiana fundamenta-se na ética da subjetivação. Já para Rancière a “ética neutraliza e atrapalha a política e a emergência do sujeito político” (Marques; Prado, 2018, p.152).

No último capítulo, “Contribuições de Foucault e Rancière: ética e estética” (Marques; Prado, 2018, p.155), os autores delineiam o conceito de ética e estética para os filósofos franceses e, por fim, atestam que “as perspectivas de Foucault e de Rancière



oferecem uma chave para pensarmos acerca das formas de opressão e injustiça que atuam sobre a constituição do sujeito político e suas capacidades reflexivas" (Marques; Prado, 2018, p.164). Para encerrar o texto, os autores destacam a arte como elemento emancipatório na abordagem rancièriana, de modo que "é como forma de experiência autônoma que a arte promove uma partilha política do sensível: uma autonomia que liberta os sujeitos, suas linguagens e invenções de um quadro estrito de produção de sentido" (Marques; Prado, 2018, p.175-176). Os autores afirmam que "a emancipação possibilitada pela arte é fruto da liberdade de interpretação possibilitada pela contemplação, na qual o olhar é agir e criar" (Marques; Prado, 2018, p.176).

Este livro é uma excelente síntese dos domínios foucaultianos, particularmente os temas da genealogia e da ética, em articulação com os desdobramentos no campo da filosofia prática política proposta por Jacques Rancière.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris, 2018.